

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## O AGRO NÃO É POP: notas preliminares sobre os impactos socioambientais do agronegócio brasileiro

Milena Tomaz de Miranda<sup>1</sup>Renan Augusto Moraes Conceição<sup>2</sup>Viviani Yoshinaga Carlos<sup>3</sup>

### RESUMO

Analisando a correlação entre capitalismo, questão ambiental e insegurança alimentar no Brasil, o objetivo desse trabalho é examinar as conexões entre os fundamentos históricos que promoveram o desenvolvimento do capitalismo no país direcionado para um modelo econômico agroexportador e as desigualdades sociais surgidas em decorrência da concentração de capital com ênfase na insegurança alimentar. Através de pesquisa bibliográfica, utilizamos de autores de tradição marxista que se ocuparam em estabelecer a correlação entre capitalismo e meio ambiente. Apresentamos um recorte para compreender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil em sua relação com os processos de trabalho, produção e uso da terra, considerando que o agronegócio brasileiro tem suas raízes históricas consolidadas na conservação do latifúndio. Por fim, destaca-se como a insegurança alimentar decorre das desigualdades resultantes do modo de produção capitalista que, no Brasil, se desenvolveu mediante uma modernização conservadora, de capitalismo retardatário.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Meio Ambiente. Agronegócio. Insegurança Alimentar.

### ABSTRACT

Analyzing the correlation between capitalism, environmental issues and food insecurity in Brazil, the objective of this work is to examine the connections between the historical foundations that promoted the development of capitalism in the country directed towards an agro-export economic model and the social inequalities that emerged as a result of the concentration of capital with an emphasis on food insecurity. Through bibliographical research, we used authors from the Marxist tradition who were concerned with establishing the correlation between capitalism and the environment. We present an excerpt to understand the development of capitalism in Brazil in its relationship with the processes of work, production and land use, considering that Brazilian agribusiness has its historical roots consolidated in the conservation of the large estates. Finally, it is highlighted how food

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Apucarana, bacharel em Serviço Social. E-mail: [mileninhatomaz@gmail.com](mailto:mileninhatomaz@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo, doutorando em turismo na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, bolsista CAPES DS. E-mail: [renan.conceicao@usp.br](mailto:renan.conceicao@usp.br).

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Paraná, *campus* Apucarana; Doutora em Serviço Social e Política Social; [viviani.yoshinaga@unespar.edu.br](mailto:viviani.yoshinaga@unespar.edu.br).

#### PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

insecurity stems from inequalities resulting from the capitalist mode of production that, in Brazil, was developed through a conservative modernization, of backward capitalism.

**Keywords:** Capitalism. Environment. Agribusiness. Food Insecurity.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a questão ambiental tem recebido destaque nas notícias veiculadas pela mídia nacional e internacional devido à forma como o capital tem promovido a degradação do meio ambiente, principalmente a partir do agronegócio, tendo como consequências imediatas o desmatamento desenfreado e ilegal, a devastação de biomas, a usurpação das terras indígenas e dos povos quilombolas, além das diversas mortes provocadas pelos conflitos de terras, nos quais impera a impunidade.

Nesta perspectiva, este estudo ocupou-se com a correlação entre capitalismo, questão ambiental e insegurança alimentar no Brasil, tendo em vista o papel desempenhado pelo agronegócio na economia nacional. O objetivo desse artigo reside em examinar as conexões entre os fundamentos históricos que promoveram o desenvolvimento do capitalismo no país direcionado para um modelo econômico agroexportador e, conseqüentemente, as desigualdades sociais em decorrência da concentração de capital operada por tal modelo, com ênfase na insegurança alimentar.

Buscando proporcionar uma visão geral sobre o tema e apresentar notas iniciais sobre o assunto, essa pesquisa possui caráter exploratório, tendo em vista o método materialista-histórico-dialético, o qual permite uma leitura/interpretação da realidade mais profunda, de modo a entender o movimento em sua totalidade. O percurso metodológico foi o de pesquisa bibliográfica, em que nos debruçamos sobre os estudos de Marx e de autores de tradição marxista que se ocuparam em estabelecer a correlação entre capitalismo e meio ambiente, como Löwy (2014) e Saito (2021). Também buscamos um recorte histórico que possibilitasse compreender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil em sua relação com os processos de trabalho, produção e uso da terra.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Como consequências decorrentes da concentração de capital operada pelo modelo agroexportador brasileiro, abordamos, por fim, alguns dos impactos socioambientais, com destaque para a insegurança alimentar no país, inter-relacionada às desigualdades resultantes do modo de produção capitalista que, no Brasil, se desenvolveu mediante uma modernização conservadora, da qual constitui o seu capitalismo retardatário.

## 2 A QUESTÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Para compreendermos a relação sociometabólica entre o modo de produção capitalista e o meio ambiente, recorreremos aos estudos de Löwy (2014) e Saito (2021), dos quais sobressai a compreensão de Marx sobre o metabolismo social. Embora não tenha se debruçado sobre a problemática ambiental – até mesmo em virtude do período em que foram escritas suas obras – a análise de Marx sobre o sistema capitalista aponta perspectivas para compreender esse debate na atualidade, a partir da relação entre os processos de trabalho, produção e uso da terra, que perpassa a compreensão sobre a relação entre o homem e a natureza. Nesse aspecto, viver da natureza, para Marx (2004, p. 84), significa dizer “que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido, senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza”.

O homem, para Marx, possui um relacionamento com a natureza em que, mediado pelo trabalho, forma uma unidade (SAITO, 2021). Esta última, por seu turno, além de lhe oferecer os meios de subsistência, ser o objeto universal do trabalho e fornecer os meios de trabalho (MARX, 2011), é a matéria na qual o trabalho humano se realiza, onde o trabalho acontece, e tão somente pela sua existência – natureza – e por meio dela, se torna possível a produção daquilo que é fundamental para sobrevivência (MARX, 2004).

Engels (2006), ao discorrer sobre o processo evolutivo do ser humano, destaca que foi pelo trabalho e com o trabalho que o homem se desenvolveu tal como o conhecemos hoje. O autor afirma que o trabalho criou o próprio homem, e para

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



alcançar essa conclusão ele explica como o humano, interagindo com o meio em que vive (natureza), passa a transformá-lo para suprir suas necessidades.

Impulsionado pela necessidade de sobrevivência, o homem transforma a natureza e a si mesmo por intermédio do trabalho. E quanto mais o homem se distancia dos animais, mais “sua influência sobre a natureza adquire o caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão” (ENGELS, 2006, p. 6). Tem-se então, a capacidade de ideação, na qual o sujeito antecipa uma ação em sua mente; trata-se da atividade de projetar um resultado, que por sua vez, é o que distingue o homem de outros animais. Marx (2011, p. 188) explicita essa questão ao abordar o processo de trabalho e o processo de valorização:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colméia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colméia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

Isto posto, o trabalho é, primeiramente, uma vinculação entre homem e natureza, em que o homem, movido pela necessidade de criar coisas úteis para sua sobrevivência, estabelece uma dinâmica com a natureza, uma vez que esta possui meios para tal finalidade. Nas palavras de Marx (2012, p.22), “a natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana”. No entanto, a subsunção do trabalho ao capital faz com que essa dinâmica homem e natureza cesse, passando então a existir uma nova relação. Para tanto, Marx utiliza o termo metabolismo social para explicitar tal relação metabólica.

Embora este termo tenha sido utilizado num primeiro momento na área das ciências biológicas, Marx, a partir de inspirações, como os trabalhos científicos do químico alemão Justus Von Liebig, apropriou-se da expressão, passando a fazer uso

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

dela na economia política. De acordo com Marx (2017a), no capitalismo, o metabolismo social resulta da passagem das mercadorias de um produtor ao outro, permeado pelo trabalho humano, que é a forma de o ser humano se relacionar com a natureza. Assim, o metabolismo social concerne à circulação de mercadorias, isto é, aos processos de troca, e nesse movimento ocorre o que Marx denomina de metamorfoses, que é o deslocamento da esfera de troca para a esfera de uso. É essa metamorfose de mercadorias que medeia o metabolismo social (SAITO, 2021).

No modo de produção capitalista, a relação entre o homem e a natureza não se restringe ao suprimento das necessidades básicas de sobrevivência, sendo necessária a circulação de mercadorias e a maximização dos lucros por meio da extração da mais-valia. Dessa forma, o homem começa a agir na natureza de modo desenfreado, modificando-a e interferindo no seu processo natural, extraindo seus recursos para além da sua capacidade de regeneração. Portanto, para Marx (2017a), o metabolismo entre homem e natureza entra em desarmonia e caracteriza uma ruptura ou falha metabólica no contexto das relações sociais de produção capitalistas.

Segundo Marx (2017a), a grande propriedade do solo diminui a população que nela reside e trabalha, uma vez que seu uso não é mais em pequenas escalas individuais, empurrando para o ambiente urbano e industrial a população outrora rural, que já não irá mais produzir para si. Assim, ocorre o que Marx (2017a) sinalizou como uma ruptura irremediável no metabolismo social, da qual decorre o desperdício da força da terra, com a agricultura de larga escala. Assim, o domínio sobre a natureza tem se aperfeiçoado em um controle instrumental a partir de inovações técnicas, e isso mais do que nunca tem sido um risco à própria existência humana, uma vez que a natureza é fonte limitada de recursos.

É nessa lógica que, no capitalismo, o trabalho aparece como separado do trabalhador, sendo agora executado por este em uma única função, que por sua vez, lhe é estranha. Pois, se anteriormente o contato com os meios era direto e imediato, agora, o trabalhador encontra-se submetido às leis econômicas desse modo de produção, não possuindo mais nada além da sua própria força de trabalho. Ele não é dono dos meios e muito menos do que produz. Trabalha para alguém que é dono

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



desses meios e apenas para receber um salário, que serve tão somente para sua sobrevivência. Por conseguinte, sendo este um trabalho que não pertence ao próprio trabalhador, entende-se que ele não se realiza nele, não sente satisfação na atividade que desempenha. “O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio satisfazer necessidades fora dele” (MARX, 2004, p. 83, itálicos do autor).

A racionalidade do trabalho, da produção e do uso da terra no modo de produção capitalista tem exercido o domínio sobre a natureza sem qualquer preocupação com a sua capacidade de regeneração, posicionando a questão ambiental como um dos temas de grande preocupação mundial, associado às desigualdades socioeconômicas resultantes desse modo de produção. Assim posto, a exposição realizada até aqui permite-nos avançar na compreensão sobre a correlação trabalho, produção e uso da terra no Brasil, considerando o momento histórico em que o país passou a desenvolver sua economia de acordo com os padrões tipicamente capitalistas, convertendo o modelo agroexportador em protótipo da economia nacional.

### 3 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO E CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Constituindo-se como um território vasto, o latifúndio tornou-se o padrão produtivo da economia brasileira no primeiro período republicano (1889-1929). Essa forma econômico-social, característica do sistema colonial no qual as terras foram divididas em sesmarias, seguiu seu curso histórico no desenvolvimento capitalista brasileiro, permanecendo intacta e garantindo a posição subalterna que o país passou a ocupar na divisão internacional do trabalho, conferindo-lhe o status de “atraso”, ou, nas palavras de Santos (2012, p.99), o seu “capitalismo retardatário”.

Stédile (2011) pontua que há registros históricos que indicam que as populações habitantes do território brasileiro, antes da invasão dos portugueses em 1500, se organizavam e produziam para responder às suas necessidades a partir do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



chamado comunismo primitivo. Não havia, por conseguinte, a questão da posse ou propriedade de terras e bens naturais, o uso destas era coletivo e a única finalidade era a sobrevivência e reprodução humana.

A partir da invasão portuguesa, esse cenário passou por sucessivas transformações, alterando a organização da produção e a apropriação de bens da natureza, com o objetivo de expandir o comércio europeu. À época, Portugal encontrava-se com um regime feudal em decadência, por isso, com o processo de colonização, conseguiu expandir o comércio marítimo e, por conseguinte, o mercantilismo.

A forma encontrada para fazer das terras um instrumento de desenvolvimento para o comércio em ascensão foram as sesmarias. Tratava-se de grandes lotes de terras concedidos a determinados sujeitos, escolhidos pela Coroa Portuguesa, responsáveis pelas atividades que se efetivariam nessas regiões, considerando que, “de acordo com a lógica do monopólio metropolitano, somente alguns poucos investidores reuniam as condições necessárias ao investimento requerido pelos engenhos produtores de açúcar [...]” (ALBUQUERQUE, 1981, *apud* SANTOS, 2012, p. 97).

Para Santos (2012), o sistema de sesmarias, instituído a partir da criação do Governo Geral em 1548, foi responsável direto pela constituição dos latifúndios no país. O modelo de produção adotado nesse período foi o *plantation*, que tinha como principais características a produção agrícola em latifúndios, com práticas extensivas de monocultura voltadas para exportação e o uso da força de trabalho escrava.

A utilização das terras brasileiras, comandado por um capitalismo embrionário, no formato mercantil, fez do *plantation* o modelo de produção predominante no período colonial, tendo como principal produto a cana-de-açúcar. Todavia, as últimas décadas do século XVIII imprimiram mudanças significativas no contexto econômico mundial, assentando as bases do modo de produção capitalista no modelo industrial.

O descompasso entre as forças produtivas constituídas no país e as que despontavam no cenário mundial não foi suficiente para engendrar outro padrão econômico, desvinculado do cultivo de monocultura em grandes extensões de terras.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



A exportação de produtos agrícolas continuou ocupando o seu lugar estimado no sistema econômico brasileiro, com o café tornando-se progressivamente o principal produto a ser exportado no país.

Nessa conjuntura, a pressão inglesa pela abolição do tráfico de negros era premente. Porém, a aceitação dessa medida pelo país, em 1850, não determinou o fim do trabalho escravo, que passou a coexistir junto ao trabalho assalariado introduzido pela via da imigração. No mesmo ano, foi aprovada a Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, que regulamentou a posse de terras no país. Com o fim do tráfico de negros, o incentivo à imigração trouxe uma dinamização para a economia agrícola, instituindo o trabalho assalariado e formas de proteção à propriedade privada. A Lei de Terras impôs restrições para que trabalhadores livres pudessem se tornar proprietários, preservando os interesses dos grandes latifundiários e organizando a propriedade privada no país. Foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência do país, em 1822, que se propôs a regulamentar a questão fundiária, abolindo o sistema de sesmarias vigente até então.

A vinda de imigrantes para trabalhar no Brasil também contribuiu para a formação do campesinato no país. Constituído por imigrantes majoritariamente europeus que foram para o sul e sudeste brasileiro e pelos miscigenados (STÉDILE, 2011), o campesinato foi responsável pela povoação de territórios e pelo desenvolvimento de atividades de produção agrícola de subsistência. Apesar desse grupo de pessoas não poderem ser pequenos proprietários de terra porque estavam impedidos pela Lei de 1850, eles ocupavam as terras, “de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades” (STÉDILE, 2011, p. 27).

Com a abolição do trabalho escravo, em 1888, o trabalho assalariado passou a ser o padrão das relações de produção pautadas na economia agroexportadora, tendo como principal produto o café, que teve seu auge no período da Primeira República (1889-1929). A predominância do modelo assentado sobre o mito de “país de vocação agrária” (SANTOS, 2012, p. 99) potencializa cada vez mais a estrutura fundiária, mantendo assim a preservação do latifúndio.

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Convém ressaltar que a posição brasileira de subalternidade ocupada no mercado mundial consolidou o modelo agroexportador pautado em relações de trabalho onde imperavam a exploração e os baixos custos para produção dos artigos agrícolas exportáveis. Esse quadro alavancou muitas revoltas e insatisfação de várias camadas populares, fazendo com que aumentasse o conflito entre capital e trabalho.

O início do século XX deixou ainda mais evidente a contrariedade das bases sociais em relação ao apoio à República brasileira, o processo de urbanização diversificava os estratos sociais, bem como a produção econômica. Entretanto, esta última sofreu grandes perdas com a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929. À época, destacava-se na cena política a oligarquia cafeeira paulista, entretanto, os vários setores das classes dominantes brasileiras se manifestaram com o objetivo de conferir um novo direcionamento ao Estado.

O novo período que estava por vir foi propagado através da aliança dos setores da burguesia agrária e a nascente burguesia industrial, com o ideal do discurso de ampliação democrática, atraindo assim o apoio das classes populares em oposição a república oligárquica. Todavia, embora o povo tenha adquirido uma força social capaz de oferecer legitimidade ao Estado, não era capaz de hegemonizá-lo (SANTOS, 2012).

O acontecimento de 1929 teve grande impacto na economia mundial, com graves consequências para o Brasil, dadas as particularidades que configuram o seu atraso econômico, o que dificultou as importações de manufaturados, além de impossibilitar a obtenção de crédito do exterior visando o financiamento do café para reter novos estoques (FURTADO, 2003). Nesse contexto, o incentivo à indústria nacional veio como resposta à substituição de importações dos produtos manufaturados, inaugurando o que Furtado (2003) identifica como a segunda fase da constituição do capitalismo brasileiro, referente ao processo de industrialização restringida, compreendendo o período entre 1933 até 1955.

As estratégias econômicas operadas pelo Estado brasileiro nos anos que se sucedem contribuíram para um grande movimento em torno do incentivo à produção industrial interna, amparado por uma política nacionalista, com reforço aos interesses

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



dos setores agroexportadores e com o desenvolvimento de setores importantes da indústria de base. Assim, o processo de acumulação foi instituído considerando essa dinâmica.

## 4 AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DO MODELO AGROEXPORTADOR NO BRASIL

Levando em consideração todos os fatores econômicos expostos até aqui, ainda que eles sinalizem o ingresso do país na fase da industrialização pesada, isso não alterou a estrutura fundiária. Ainda, considerando o fato do desenvolvimento, operado no quadro do capitalismo dos monopólios, este continuou limitado por mecanismos protecionistas de acesso à tecnologia por parte dos países que ocupavam posição central na economia, não permitindo qualquer alteração no lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2012).

Para Santos (2012), a predominância do modelo agroexportador, centralizado na monocultura, potencializou a estrutura fundiária, que, posteriormente, veio a ser reconhecida como agroindústria e agronegócio. Para Stédile (2011), o processo de industrialização dependente atribuiu aos camponeses, também chamados de agricultores e pequenos produtores, funções claramente definidas, que iam desde a composição de uma força de trabalho barata para a indústria até a produção de baixo custo de alimentos para as cidades, em especial para classe operária que vivia nos centros urbanos.

Nesse contexto, a lógica predominante assumiu uma forma “complementar e contraditória” que, segundo Stédile (2011), embora houvesse a reprodução das comunidades de pequenos produtores, as vastas extensões de território continuavam a progredir na mesma proporção em que se concentravam nas mãos de poucos. Logo, mantinha-se uma tendência histórica: a propriedade da terra, que nasceu com bases latifundiárias, seguiu seu curso natural na lógica capitalista.

Atualmente, a última década apresentou grande expressividade em relação à expansão acentuada do agronegócio no Brasil, contribuindo para elevar os patamares

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



de acumulação de capital que, na perspectiva de Foster (2015), envolve todos os rendimentos possíveis de matéria e energia, independente das necessidades humanas e dos limites naturais. De forma especulativa, o agronegócio engloba todas as atividades econômicas referentes à produção agropecuária, incluindo serviços, técnicas e equipamentos. Envolve, também, dentre os insumos agrícolas, o uso de agrotóxicos, que tem no Brasil o maior consumidor mundial, finalizando o ano de 2021 com a liberação de 562 agrotóxicos, o maior número registrado na série histórica iniciada em 2000, conforme dados do Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2022).

Na lógica do capital, o papel assumido pelo Brasil de uma economia subalternizada ao capital internacional, consagrou o agronegócio como um importante setor para a economia brasileira, tendo como carro-chefe os negócios relacionados à pecuária. Atualmente, o país ocupa a segunda posição no *ranking* mundial de produção de carne bovina e o primeiro em exportação mundial, com a China representando o principal mercado consumidor, conforme apontam os dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2021). Em contrapartida, a produção de carne bovina tem sido a maior responsável pela emissão de gases poluentes que aceleram o aquecimento global, como o gás metano, provocando, de forma progressiva, danos ambientais irreversíveis.

No Brasil, grande parte da carne bovina é produzida em regime de pastagens, cuja área total é de cerca de 161 milhões de hectares, correspondente a 18,94% do território brasileiro, de acordo com os dados mais recentes do Atlas das Pastagens, publicado pelo Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás (LAPIG UFG, 2022). O uso extensivo do solo no regime de pastagens leva a sua degradação, provocando, por exemplo, erosão e assoreamento dos rios, além do desmatamento, do uso de queimadas para preparo do solo e da contaminação ambiental devido ao uso de fertilizantes químicos e de agrotóxicos (SAMBUICHI; OLIVEIRA; SILVA; LUEDEMANN, 2012).

Os negócios de carne bovina no país também têm revelado as contradições em relação a sua produção e ao seu acesso, inserindo-se em um quadro maior que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



remete ao acesso à alimentação adequada. Em 2021, o país foi responsável pela produção de, aproximadamente, 10 milhões de toneladas de carne bovina, sendo 7 milhões de toneladas destinadas ao mercado interno, conforme números divulgados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2021). No entanto, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2021), o consumo de carne no Brasil apresentou queda no ano de 2021, com um volume de 26,5 quilos por habitante, o que representa aproximadamente 5,3 milhões de toneladas. No mesmo ano, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional divulgou que 116.842.556 brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar, o que corresponde a 55,1% da população total do país.

De acordo com a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a segurança alimentar e nutricional consiste na “[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente [...] tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2010, p. 4). Por sua vez, o direito à alimentação adequada envolve o acesso a alimentos de maneira regular e saudável. De modo que a insegurança alimentar compreende a falta de acesso à alimentação adequada, em quantidade e qualidade, de acordo com as necessidades nutricionais, em associação às condições de pobreza e extrema pobreza.

A insegurança alimentar é classificada em três níveis: 1) Leve, quando há incerteza quanto ao acesso a alimentos ou quando a qualidade da alimentação já está comprometida; 2) Moderada, quando a quantidade de alimentos é insuficiente; 3) Grave, quando há privações no consumo de alimentos, resultando em quadros de fome. Recentemente, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional divulgou que, em 2022, já são 125,2 milhões de brasileiros em condição de insegurança alimentar e 33,1 milhões em condição de insegurança alimentar grave, ou seja, que estão passando fome (REDE PENSSAN, 2022).

Esse quadro demonstra as condições objetivas de sobrevivência da população pobre brasileira frente à acumulação de capital, agravadas pela ausência de medidas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



estatais para a redução dos impactos causados pela pandemia da Covid-19. Marx (2017b), ao esquadrihar as relações sociais de produção capitalista, revelou que a acumulação capitalista obedece a tendência de gerar riqueza na mesma proporção, mas em razão inversa, em que se gera a pobreza, resultante do aumento do exército industrial de reserva. O aumento exponencial de uma população sobrando tem escancarado o caráter perverso assumido pelo neoliberalismo no atual estágio do capitalismo, principalmente em um país de economia subalterna como o Brasil, que, em meio à barbárie, tem normalizado as condições de insegurança alimentar associadas à pobreza e à extrema pobreza.

## 5 CONCLUSÃO

Esse estudo apresentou notas preliminares sobre a questão ambiental e o desenvolvimento capitalista e do agronegócio no Brasil. Os impactos socioambientais gerados pelo modo de produção capitalista evidenciam o caráter destrutivo desse modelo econômico na utilização dos recursos fornecidos pela natureza de maneira ilimitada, sem pensar no processo de sua regeneração ou da unidade entre homem e natureza.

Concomitante a esse processo acelerado de degradação ambiental por meio da e para a produção excessiva de mercadorias, as garantias dos meios mais básicos de subsistência para uma grande parcela da população brasileira são enfraquecidas e até mesmo descontinuadas pela atuação do Estado brasileiro, amplamente pautado pela cartilha neoliberal. O uso da terra para criação de gado de corte e para a produção de *commodities* despoja a população rural e mais pobre dos frutos de seu trabalho, acentuando situações impensáveis de fragilidade e insegurança alimentar.

Nos anos de 2021 e 2022, notícias sobre as filas e as disputas da população para conseguir ossos em açougues e até mesmo em caminhões de lixo ganharam destaque na mídia nacional e internacional. Ao mesmo tempo em que essas notícias eram veiculadas, o Estado brasileiro, representado naquele período pelo Governo

PROMOÇÃO



APOIO



Bolsonaro, seguia enaltecendo o agronegócio, ao estilo midiático: “*Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é tudo*”.

A tragédia brasileira sinaliza a urgência e o desafio de construir estratégias coletivas ambientais, anticapitalistas, que possam ser incorporadas no conjunto das lutas da classe trabalhadora e até mesmo nas práticas ecológicas já consolidadas, como por exemplo, as dos povos indígenas. Somente o enfrentamento radical a esse modo de produção pode oferecer alguma projeção de mudança real para que a humanidade vivencie uma relação de equilíbrio sociometabólico com a natureza.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2010.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Oferta e demanda de carnes. Quadro de suprimentos de carnes**, 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuário-e-extrativista/analises-do-mercado/oferta-e-demanda-de-carne>. Acesso em 15 mar. 2022.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Panorama do Agro**, 2021. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em 15 mar. 2022.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **A pecuária de corte mundial em números.** Boletim CiCarne, 2021. Disponível em: <https://www.cicarne.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Boletim-CiCarne-48-2021.pdf>. Acesso em 15 mar. 2022.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). **Revista Trabalho Necessário**, v.4, n. 4, 2006, p. 1-9. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.4i4.p4603>.

FOLADORI, G. A questão ambiental em Marx. **Revista Crítica Marxista**, v.1, n. 4, 1997, p. 140-161.

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil** (32. ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil** (26. ed.). São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAPIG UFG. Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento. **Atlas das pastagens**. Goiás: Lapig/UFG, 2022. Disponível em: <https://atlasdaspastagens.ufg.br/map>. Acesso em 15 mar. 2022.

LÖWY, M. **O que é o ecossocialismo** (2. ed.). São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O Capital [Livro I]** (2. ed.). São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários**. Brasília: MAPA, 2022. Disponível em: [https://agrofit.agricultura.gov.br/agrofit\\_cons/principal\\_agrofit\\_cons](https://agrofit.agricultura.gov.br/agrofit_cons/principal_agrofit_cons). Acesso em 15 mar. 2022.

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Olhe para a fome**, 2022. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 15 mar. 2022.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SAMBUICHI, R. H. R.; OLIVEIRA, M. A. C.; SILVA, A. P. M.; LUEDEMANN, G. **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

SANTOS, J. S. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2022.

STÉDILE, J. P. **Quatro séculos de latifúndio** (2. ed.). São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PROMOÇÃO

